



2.ª Edição, número 3, dezembro de 2021



EDITORIAL

A UGT desde sempre defendeu a promoção da **sustentabilidade ambiental**.

Juntamente com o movimento sindical europeu, a UGT pugna pela concretização de um acordo climático ambicioso que inclua uma **transição justa para todos os trabalhadores e trabalhadoras**.

A UGT partilha das palavras do Secretário-geral da ONU que afirmou estar “fortemente empenhado em trabalhar com todos os Governos e parceiros para reunir opiniões divergentes e criar uma visão comum sobre a forma como abordar as mudanças climáticas”.

Para nós a avaliação dos impactos socio-económicos das alterações climáticas e toda a adaptação dos setores produtivos à criação de “empregos verdes” deverão ser acompanhadas por um empenhado diálogo social a nível internacional, europeu e nacional.

Exige-se transparência nos processos de decisão sempre que esteja em causa a compatibilidade do emprego e o meio ambiente.

É certo que o combate contra as mudanças climáticas é um dos principais desafios do planeta. O objetivo é alcançar uma economia neutra do ponto de vista climático até 2050 para minimizar as suas consequências negativas.

A transição para este modelo implicará alterações estruturais com um forte impacto sobre determinadas regiões, áreas e grupos sociais. Todos seremos afetados pela transição para uma economia neutra do ponto de vista climático.

A transição para as energias renováveis não deve gerar novas formas de pobreza e desigualdade, pelo que é fundamental que a descarbonização signifique um progresso para todos.

A UGT, acérrima defensora da promoção do diálogo social, enfatiza que os trabalhadores portugueses e seus representantes têm de ser envolvidos na operacionalização do Plano de Transição Justa Português, não podendo o mundo do trabalho ficar secundarizado.

Assim, exigimos que nos processos de transição, se antecipem os impactos no mercado de trabalho e nos postos de trabalho, com uma verdadeira estratégia de adaptação e transição também dos postos de trabalho.

A existência de adequadas condições de trabalho, de acesso a formação profissional que reforce a empregabilidade, de apoios à reinserção no mercado de trabalho e de uma proteção social que garanta efetivamente o rendimento dos trabalhadores e dos seus agregados nas transições devem ser elementos dessa estratégia.

Ressaltamos ainda a necessidade de que, associada à transição ambiental como noutras áreas da política europeia, surja uma efetiva dimensão social, nomeadamente com elevados níveis de diálogo social.

Vanda Cruz

Secretária Executiva da UGT

Departamento de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



EM DESTAQUE

Novo plano de ação do BCE contra as alterações climáticas



Imagem com DR

Em julho, o Conselho do Banco Central Europeu anunciou a sua nova estratégia política monetária, que incluía um [«ambicioso plano de ação em matéria de alterações climáticas»](#) a implementar e a rever até 2024. O plano de ação destina-se a sublinhar o compromisso do BCE de alinhar de forma mais sistemática a sua política monetária por considerações de sustentabilidade ambiental.

O BCE comprometeu-se a acelerar o desenvolvimento das suas abordagens de modernização, a fim de melhor incorporar os riscos decorrentes das alterações climáticas e a transição para uma economia mais sustentável nas suas previsões macro-económicas, nas suas avaliações da estabilidade financeira e da transmissão da política monetária.

Paralelamente, o BCE comprometeu-se a experimentar o desenvolvimento de novos indicadores estatísticos para monitorizar os instrumentos financeiros ecológicos, a pegada de carbono das instituições financeiras e a sua exposição a riscos físicos relacionados com o clima.

Neste domínio, o BCE alinhar-se-á pelos progressos realizados nas políticas e iniciativas da UE em matéria de divulgação e reporte sobre sustentabilidade ambiental. Estas medidas permitir-lhe-iam adaptar melhor as decisões de política monetária aos riscos decorrentes das alterações climáticas.

Além disso, o plano de ação do BCE definiu medidas para ter mais ativamente em conta a sustentabilidade ambiental das atividades financiadas por ativos que servem de garantia para as suas operações de crédito e/ou adquiridos no contexto dos regimes de compra de ativos de empresas do BCE.

Os requisitos de divulgação de informações para os ativos do setor privado serão introduzidos como condição de elegibilidade, tanto para garantias, como para a compra de ativos, em consonância com as políticas e iniciativas da UE neste domínio.

O BCE terá em conta os riscos associados às alterações climáticas ao rever a avaliação dos ativos utilizados como garantia e adquiridos. Para tal, avaliará as divulgações das agências de notação e compreenderá de que forma incorporam os riscos associados às alterações climáticas nas suas notações de ativos, desenvolvendo algumas normas internas de notação e introduzindo requisitos no quadro de avaliação de crédito do Eurosistema para fazer face ao risco de alterações climáticas, se necessário.

Embora o plano de ação dê passos na direção certa, o que poderia até ser impensável há alguns anos, também foi criticado por ser demasiado tímido, dada a necessidade urgente de tomar medidas para cumprir os objetivos de sustentabilidade ambiental da UE e de omitir certos aspetos que vão além das alterações climáticas.

Mais especificamente, a tónica colocada no plano de ação é colocada na avaliação dos riscos decorrentes das alterações climáticas no financiamento e, conseqüentemente, na forma como o BCE conduz as suas políticas, mas não nos riscos de que a atividade financeira, incluindo as próprias políticas do BCE (especialmente as compras de ativos), aumente os riscos climáticos, o que também é conhecido como "dupla materialidade".

Trata-se de uma omissão importante, tendo em conta a medida em que o BCE tem desenvolvido estas atividades nos últimos anos e os indícios que surgiram de que as suas atividades não são "neutras do ponto de vista do mercado".

Na mesma ordem de ideias, o plano de ação parece ignorar outros aspetos da sustentabilidade ambiental para além das alterações climáticas, como a biodiversidade, apesar das provas emergentes de que as suas atividades têm aí um impacto importante.

O plano de ação também foi criticado por não ir além da taxonomia da UE na definição de "ativos sujos" (ou seja, aqueles que subsidiam atividades prejudiciais ao clima), mas simplesmente se ater a subsidiar atividades "verdes".

O facto de já existir uma data para a revisão da estratégia do BCE para 2024 dá alguma esperança de que as ações possam ser intensificadas. No entanto, as forças de compensação contra uma ação suficientemente decisiva na ecologização da política monetária e das finanças devem fazer-nos uma pausa.

Outras leituras de referência:

- Banco Central Europeu – Boletim informativo sobre supervisão: [O relógio está a contar para as instituições de crédito gerirem os riscos climáticos e ambientais](#) (18 de agosto)
- OilChange International (coligação de ONG): Relatório: Ferramentas [não utilizadas: como os bancos centrais estão a alimentar a crise climática](#) (24 de agosto)

Tradução da responsabilidade do Dep. ADS

ETUI

[Versão Original Aqui.](#)

Conteúdos de referência Internacional

Organização das Nações Unidas - Clima e Ambiente



Imagem com DR

Um novo relatório revela que mais da metade das emissões globais de metano são resultado da ação humana nas áreas de combustíveis fósseis, resíduos e agricultura.

O estudo, lançado esta quinta-feira, vem realçar que o problema pode ser reduzido em até 45% até 2030 com medidas atualmente disponíveis.

Aquecimento global

Os cortes nas emissões de metano seriam de baixo custo, os fundos rapidamente liberados e também evitado o aquecimento global em até 0,3 grau Celsius até 2040.

No total, essas ações poupariam 73 bilhões de horas de trabalho devido à exposição ao calor extremo e reduziriam a poluição do ar. Também seriam evitadas cerca de 255 mil mortes, a perda de 26 milhões de toneladas de safras e 775 mil visitas hospitalares relacionadas à asma.

O Brasil aparece à frente de outros países lusófonos ao chegar a registrar 276 mortes por doenças respiratórias e cardíacas em cada 10 milhões de toneladas de metano. A seguir vêm Portugal com 39 e Guiné-Bissau com cinco.

São Tomé e Príncipe, Moçambique e Cabo Verde reportaram quatro óbitos, Angola dois e Timor-Leste um óbito.

Rendimentos

O Brasil é mencionado pela perda de 4.900 horas trabalho devido à exposição ao calor extremo depois da Índia, China e Indonésia. Brasil e Angola tiveram perdas de produção de milho por emissões de metano e integram 14 nações onde a situação afetou os rendimentos nessa área.

Portugal está em 15º lugar num grupo de economias nas quais se avaliou o custo em internações em hospitais por enfermidades respiratórias causadas pela exposição ao ozônio . Foram cerca de US \$ 3,6 por paciente acima de 65 anos.

A Avaliação Global de Metano envolveu técnicos unidos numa força-tarefa formada pela Coalizão Climática e Ar Limpo e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Pnuma.

A diretora do Programa da Força de Superpoluentes, Sarah Smith, participou no estudo. Ela disse que o documento realça que reduzir as emissões deste composto é “absolutamente crítico, extremamente benéfico e eminentemente alcançável”.

Oportunidade

A especialista destacou que a Avaliação Global de Metano é um dos estudos mais profundos de emissões globais do hidrocarboneto “deixa claro o que já se sabe há muito tempo: que se pode e deve reduzir imediatamente as emissões de metano.”

Smith realçou ainda que agora a oportunidade é clara, os benefícios são enormes e “não se pode cumprir as metas climáticas globais sem enfrentar imediatamente as emissões” deste composto.

O gás metano é considerado um superpoluente prejudicial que aquece o planeta mais de 80 vezes do que o dióxido de carbono nos primeiros 20 anos.

É responsável por um quarto do aquecimento global de hoje e seus níveis na atmosfera estão aumentando. A Força-Tarefa do Ar Limpo há muito defende uma regulamentação mais rigorosa das emissões deste hidrocarboneto nos setores de petróleo e gás.

OIT

Relatório - Trabalho e mudanças climáticas: A Iniciativa Verde



Imagem com DR

Este relatório é uma avaliação equilibrada daquilo que significa a luta contra as alterações climáticas.

Este documento contribui para a percepção do impacto das alterações climáticas no mundo do trabalho, os desafios e oportunidades envolvidas e a forma como a OIT pode contribuir para uma transição justa para a sustentabilidade ambiental, que servirá para promover as oportunidades de trabalho digno para todos e para proteger o planeta.

[Aceda ao Relatório Aqui.](#)

ETUI

Reflexão: Hidrogénio – Impactos macro-económicos das políticas climáticas



Imagem com DR

Uma das questões mais controversas no contexto da descarbonização da nossa economia é o debate sobre a utilização do hidrogénio. O hidrogénio é o elemento mais abundante no universo, mas na Terra só ocorre em formato composto com outros elementos (com oxigénio como H₂O na água) ou com carbono (em gás, carvão ou petróleo).

Portanto, o hidrogénio é um vetor de energia ou uma fonte secundária de energia. Para o transformar num combustível energético, tem de ser produzido a partir de energia (a partir de combustíveis fósseis, nuclear, energias renováveis) através de diferentes métodos (reforma a vapor, eletrólise, etc.).

A produção de hidrogénio pode desempenhar um papel importante na descarbonização da economia da UE, mas existe uma enorme controvérsia sobre que tipo de produção de hidrogénio (verde ou baseada em energias renováveis; azul, à base de gás natural, mas com captura e armazenamento de carbono; cinzento, baseado em combustíveis fósseis, principalmente gás natural; preto, à base de carvão, ou cor-de-rosa, baseado na energia nuclear) e para que fins (indústria, transportes, setor energético, construção) deve ser dada prioridade.

Além disso, os custos de todos estes métodos de produção de hidrogénio são ainda muito consideráveis e variam consoante o tipo de combustível utilizado.

O site Energy Cities tem um bom artigo sobre os diferentes tipos de produção de hidrogénio chamado "[50 tons de hidrogénio \(cinzento, azul e verde\)](#)".

Atualmente, a maior parte do hidrogénio (96%) é produzida a partir de combustíveis fósseis (hidrogénio "cinzento" proveniente do gás natural e do carvão) e tem uma enorme pegada de CO₂. De acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE), a produção de hidrogénio é responsável pelas emissões de CO₂ de cerca de 830 milhões de toneladas de dióxido de carbono por ano, o equivalente às emissões de CO₂ do Reino Unido e da Indonésia combinadas.

Existe um interesse crescente na produção hipocarbónica de hidrogénio (azul e verde), mas os desenvolvimentos nesta área são tecnicamente difíceis, dispendiosos e lentos. Por conseguinte, vários países desenvolveram estratégias ou roteiros para estimular um hidrogénio mais «limpo». Para uma boa visão geral do estado das coisas da produção de hidrogénio, consulte o Relatório de Rastreamento de [Hidrogénio da AIE](#).

A União Europeia publicou em julho de 2020 uma «estratégia para o [hidrogénio para uma Europa neutra em carbono](#)», com o objetivo de acelerar o desenvolvimento de hidrogénio limpo. A Comissão pretende obter 100% de hidrogénio verde até 2050, mas considera o hidrogénio azul uma via de transição necessária.

Para uma boa análise das políticas da UE em matéria de hidrogénio, das iniciativas dos Estados-Membros e das posições das partes interessadas, leia o excelente briefing do Serviço de Estudos do Parlamento Europeu intitulado «EU [Hydrogen Policy](#)» (última atualização em abril de 2021).

Uma das questões mais controversas no debate sobre o hidrogénio é o papel do "hidrogénio azul". Alguns críticos veem o hidrogênio azul como uma **distração** cara usada pela indústria de combustíveis fósseis para prender nossas economias na era dos combustíveis fósseis.

Um [estudo recente](#) de especialistas em energia da Universidade de Cornell e Stanford afirma que o hidrogénio azul dificilmente é isento de

emissões (devido a fugas de metano e a menos de 100% de captura de carbono) e pode mesmo ser "pior do que o gás e o carvão". [Outros especialistas contestam esta afirmação](#) e pensam que a produção de hidrogénio azul poderia ser produzida sem as fugas de metano e com 100% de captura de emissões.

Impactos macroeconómicos das políticas climáticas

Alguns novos estudos sobre os impactos macroeconómicos das alterações climáticas e das políticas climáticas foram notícia este verão. Esta situação pode ter sido causada pelos fenómenos meteorológicos extremos observados em todo o mundo, pelos apelos a políticas climáticas mais fortes na sequência destes acontecimentos e pelo novo relatório do PIAC, bem como pelos alertas de alguns negacionistas da política climática de que os custos sociais de políticas mais fortes seriam demasiado elevados.

O economista francês e membro sênior do Bruegel, **Jean Pisany-Ferry**, escreveu um [interessante resumo](#) político para o Peterson Institute for International Economics (PIIE), no qual adverte que a "transição acelerada para uma economia neutra em carbono" "terá sérias implicações económicas imediatas". Ele compara o impacto de "ir zero" ao choque petrolífero de 1974 e afirma que os formuladores de políticas não "abordaram essas implicações de maneira sistémica". Ver também este [artigo](#) de opinião sobre Pisany-Ferry no Project Syndicate e uma [entrevista](#) (em francês) no Pour l'Eco.

Um [novo estudo académico](#) publicado no final de agosto pela PNAS (Proceedings of the National Academy of Sciences of the US) tentou estimar os custos sociais e económicos destes pontos de viragem através da análise da literatura existente sobre esta questão.

As [principais conclusões deste relatório](#) foram resumidas por um dos investigadores, Gernot Wagner, num artigo para a Bloomberg Green.

Outro relatório que recebeu muita atenção da mídia analisa o papel de economistas influentes na superestimação dos custos das políticas climáticas para atrasar a ação climática. Escrito pelo historiador Benjamin Franta, da Universidade de Stanford, o [estudo publicado](#) na revista académica Environmental Politics demonstra "como a indústria de combustíveis fósseis financiou análises económicas tendenciosas para se opor à política climática e destaca a necessidade de maior atenção ao papel dos economistas e paradigmas, doutrinas e modelos económicos no atraso da política climática".

Tradução da responsabilidade do Dep. ADS

ETUI

[Aceda à versão original da ETUI aqui.](#)

Análise ETUI - O que está em jogo no Mecanismo de Ajustamento das Emissões de Carbono nas Fronteiras da UE?



Imagem com DR

Em julho, a Comissão Europeia apresentou a primeira parte do seu pacote de medidas para o **CUMPRIMENTO DO OBJETIVO CLIMÁTICO DA UE PARA 2030 A CAMINHO DA NEUTRALIDADE CLIMÁTICA**

O elemento central deste pacote é uma proposta de [revisão](#) do Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE (RCLE), acompanhada de uma proposta de criação de um Fundo Social para o Clima (CCAH). A proposta RCLE estabelece uma meta de redução das emissões para 2030 de 61 % em relação a 2005, nos setores abrangidos pelo regime, contra uma meta de 43 % fixada em 2018.

Visa alargar um sinal do preço do carbono a mais de dois terços das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) da UE até 2030. A proposta contém alterações significativas e controversas, e o caminho a seguir pela Comissão será acidentado.

Contexto geral

O RCLE-UE foi criado em 2005, como o primeiro regime de comércio de licenças de emissão a funcionar a nível internacional. Trata-se de um sistema de limitação e comércio de emissões, no qual é fixado e reduzido ao longo do tempo um limite global da quantidade de determinados gases com efeito de estufa que podem ser emitidos pelas instalações industriais e energéticas sujeitas ao RCLE – que abrange apenas determinados setores e instalações.

Dentro deste limite máximo, as instalações podem comprar licenças de emissão e negociá-las entre si. Todos os anos, as instalações têm de devolver licenças (uma por cada tonelada de carbono emitido) correspondentes integralmente às suas emissões no ano anterior. Se não o fizerem, poderão ser-lhes aplicadas coimas significativas. Ao atribuir um preço às emissões, incentiva-se a redução das emissões e o investimento em tecnologias hipocarbónicas.

As licenças deverão, em princípio, ser atribuídas através de leilão. No entanto, atualmente, apenas uma determinada quantidade de licenças de emissão é leiloada e as restantes são atribuídas gratuitamente. Ou seja, embora exista um limite global para as licenças, as instalações não têm de pagar algumas das suas emissões. A atribuição a título gratuito deve-se, em primeiro lugar, à proteção de certas indústrias contra [fugas de carbono](#).

A percentagem de licenças gratuitas foi reduzida ao longo do tempo, mas no período de comércio de 2013-2020 ainda só 57 % da quantidade total de licenças de emissão foram leiloadas.

O RCLE passou por várias fases evolutivas, a fim de abordar questões específicas e alinhar o regime com os objetivos climáticos da UE. Uma questão significativa nas fases iniciais foi o grande excedente de licenças de emissão que conduziu a um preço mais baixo das emissões – relacionado, em parte, com um elevado limite global de emissões, uma grande percentagem de licenças gratuitas e a crise económica que resultou numa redução da atividade industrial – criando globalmente incentivos mais fracos para reduzir as emissões.

Para corrigir esta situação, foi posta em funcionamento em 2019 uma Reserva de [Estabilização do Mercado](#) para corrigir os desequilíbrios entre a oferta e a procura nas licenças de emissão e assegurar a estabilidade nos mercados do carbono.

Além disso, uma das principais preocupações em relação ao RCLE tem sido os seus efeitos potencialmente [regressivos](#), em especial nos agregados familiares com rendimentos mais baixos, afetando mais alguns Estados-Membros do que outros. Há também preocupações com os impactos da precificação do carbono sobre os trabalhadores em setores particularmente afetados.

Principais alterações propostas

O limite máximo global das licenças de emissão é reduzido anualmente numa determinada percentagem, o chamado fator de redução linear. A Comissão propõe um **aumento do fator de redução linear** de 2,2 % para 4,2 % a partir de 2024, a entrada em vigor prevista da legislação revista. Ou seja, o limite será reduzido em um valor maior a cada ano do que anteriormente. Tal será acompanhado por uma redução pontual do limite máximo, que terá o mesmo efeito que se o fator de 4,2% tivesse sido aplicado a partir de 2021.

Após o alargamento do RCLE à aviação em 2012, a Comissão propõe agora também alargar o seu âmbito de aplicação ao **transporte marítimo**. Tal aplicar-se-ia a todas as emissões das viagens intra-UE e a metade das emissões das viagens extra-UE, a introduzir progressivamente até 2026. No entanto, o regime não será alargado aos voos extra-UE.

As dotações gratuitas serão progressivamente eliminadas no prazo de 15 anos, com uma redução de 10 pontos percentuais por ano a partir de 2026. Tal deverá acontecer paralelamente à entrada em vigor da [proposta](#) de Mecanismo de Ajustamento das Fronteiras de Carbono (CBAM), destinado [a dar resposta às](#) preocupações em matéria de fuga de carbono. A partir de 2026, as dotações gratuitas estarão também condicionadas aos esforços de descarbonização, com uma redução potencial de até 25 % quando as condições não forem cumpridas.

Todas as receitas das licenças de emissão leiloadas – quando não são atribuídas ao orçamento da UE – devem ser utilizadas para fins relacionados com o clima, incluindo o apoio aos agregados familiares com baixos rendimentos.

A Comissão propõe igualmente um **RCLE distinto para os edifícios e os transportes rodoviários**. Estes setores são e continuarão a ser abrangidos pelo Regulamento Partilha de Esforços, que também está sujeito a [revisão](#). Este regime aplicar-se-á à introdução no consumo de

combustíveis utilizados para combustão nos sectores dos edifícios e dos transportes rodoviários, ou seja, aos fornecedores de combustíveis.

No entanto, tal resultará também em aumentos de preços para os consumidores, com efeitos regressivos e impactos diferentes entre os Estados-Membros, expondo os agregados familiares vulneráveis a um risco de pobreza energética.

Embora não exista uma definição europeia comum, vários indicadores ilustram a **pobreza energética**, que tem sido um problema grave em muitos Estados-Membros. Por exemplo, mais de 7 % da população da UE-27 – entre menos de 1 % na Áustria e mais de 30 % na Bulgária – teve dificuldades financeiras **para manter as suas casas adequadamente aquecidas** em 2018. Por este motivo, a Comissão propõe que 25 % das receitas geradas por este regime sejam **afetadas ao CCAH** e utilizadas para apoiar agregados familiares, microempresas e utilizadores dos transportes financeiramente vulneráveis, bem como para promover investimentos na redução das emissões.

Os setores revistos e recentemente acrescentados ao RCLE serão **incorporados** no cálculo do total das licenças de emissão no **âmbito da reserva de estabilização do mercado**, a fim de refletir melhor a oferta e a procura de licenças e reduzir os potenciais excedentes no sistema global.

O pacote proposto deverá também melhorar a resiliência a choques importantes nos mercados, proporcionando previsibilidade a longo prazo do mecanismo através de sinais mais fortes do preço do carbono e de uma menor volatilidade dos preços.

Além disso, são propostos quase 20 milhões de EUR para o **Fundo de Inovação** durante o período de 2020-2030 para apoiar projetos comerciais inovadores na promoção de tecnologias ou processos hipocarbónicos (por exemplo, captura de carbono, armazenamento de energia, produção inovadora de energias renováveis) como parte da transição verde.

Além disso, o **Fundo de Modernização** apoiará 10 Estados-Membros com rendimentos relativamente mais baixos, contribuindo para investimentos na modernização dos seus sistemas energéticos (por exemplo, produção de fontes de energia renováveis, armazenamento de energia, modernização das redes de energia) e na melhoria da eficiência energética.

À semelhança do CCAH, parte das receitas geradas pela venda em leilão das licenças do RCLE será afetada a estes fundos.

Desafios futuros

O novo RCLE para os edifícios e os transportes rodoviários é um dos aspetos **mais contestados** da proposta. Enfrenta a oposição de muitos lados, não só no **seio** da Comissão, mas também da **CES** e de organizações como o **Gabinete Europeu do Ambiente** ou a **Carbon Market Watch**, devido aos efeitos que provavelmente terá nos consumidores, em especial nos agregados familiares com baixos rendimentos.

Apesar dos seus principais objetivos, a capacidade do CCAH para atenuar o impacto social deste novo regime tem sido **questionada**. A parte das receitas destinada ao fundo – 72,2 mil milhões de EUR entre 2025 e 2032 – parece **longe de ser suficiente** para fazer face aos desafios que o regime é suscetível de colocar.

Além disso, o longo processo de implantação dos fundos, como resulta da experiência dos desembolsos do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) aos Estados-Membros, levanta questões sobre a rapidez e a eficiência do apoio atempado aos cidadãos, que estarão sujeitos ao aumento dos preços nos setores do aquecimento e dos transportes mais cedo do que tarde.

Os críticos da proposta salientaram igualmente a aplicação insuficiente do princípio do "poluidor-pagador", continuando a beneficiar de licenças gratuitas para a indústria pesada. Alega-se [que os contribuintes terão de pagar](#) pela poluição, e não pela indústria, o que gera receios de que a proposta provoque [reações negativas aos cidadãos](#).

Tendo especialmente em conta o RCLE distinto para edifícios e transportes – que não prevê licenças gratuitas – a continuação das licenças gratuitas ao longo de 15 anos pode levar ao ressentimento pelo facto de [os cidadãos serem tratados de forma diferente](#) das empresas, que têm beneficiado de licenças gratuitas ao longo das últimas décadas.

Do lado dos trabalhadores, a [CES](#) argumenta que o RCLE revisto deve ser acompanhado de esforços para fazer face às consequências sociais, incluindo o impacto sobre os trabalhadores das indústrias e regiões afetadas, a fim de evitar a perda de postos de trabalho. De um modo geral, não é favorável ao alargamento do RCLE-UE aos transportes rodoviários e aos edifícios, devido a preocupações com os efeitos distributivos.

Chama a atenção para as considerações setoriais específicas durante as vias de descarbonização e salienta a necessidade de utilizar instrumentos complementares, em vez de se concentrar apenas nos mecanismos de fixação do preço do carbono.

Finalmente, há diversas reações da indústria. Embora se congratule com a ambição global da Comissão no sentido de um futuro líquido zero, a [BusinessEurope](#) permanece cautelosa quanto a todos os pormenores do pacote e às possíveis incoerências entre as diferentes medidas legislativas.

A [Associação dos Construtores Europeus de Automóveis](#) (ACEA) aprecia o alargamento do RCLE aos combustíveis para o transporte rodoviário, uma vez que aumentará a visibilidade da fixação do preço do carbono, mas também aponta desafios para alcançar os objetivos propostos dentro de prazos apertados, declarando que estes objetivos não são viáveis sem esforços adicionais significativos por parte de todas as partes interessadas, incluindo os Estados-Membros e os setores relevantes.

Tradução da responsabilidade do Dep. ADS

Conteúdo retirado do site da ETUI

[Aceda à versão original da ETUI Aqui.](#)

Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas sobre as alterações climáticas



Imagem com DR

Este é o "[Código Vermelho para a humanidade](#)", disse o Secretário-geral da ONU depois que o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPMC) publicou a primeira parcela de seu Sexto Relatório de Avaliação (RA6) sobre Mudanças Climáticas em 9 de agosto.

Este relatório analisa o estado da ciência climática e os seus recentes avanços («The Physical Science Basis»). Seguir-se-ão três outras parcelas do AR6 em 2022: uma sobre 'Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade' (fevereiro de 2022); um sobre "Mitigação e Alterações Climáticas" (março de 2022); e, finalmente, o Relatório de Síntese AR6 (setembro de 2022).

Desde o quinto relatório de avaliação de 2014, a ciência das alterações climáticas tornou-se muito mais robusta. Mais de 14.000 estudos revistos por pares foram analisados por mais de 200 cientistas do clima no relatório de quase 4.000 páginas (quem lê todos eles?), levando à conclusão de que as alterações climáticas são provocadas pelo homem (sem dúvida), já estão a acontecer agora (em comparação com um futuro próximo ou longo) e estão a acelerar.

Mas o relatório também sublinha que ainda é possível evitar o pior resultado, se as promessas globais de emissões líquidas zero de carbono se tornarem realidade.

As principais mensagens do relatório estão disponíveis em diferentes formatos. Há o [comunicado de imprensa](#) (3 páginas mais informações de fundo), o "[Resumo para os decisores políticos](#)" (42 páginas) e o "[Headline Statements from the Summary for Policymakers](#)" (2 páginas com pontos).

O [melhor resumo das conclusões](#) do novo relatório do IPCC foi produzido pelo sítio Web Carbon Brief, com sede no Reino Unido. Vale a pena ler também o artigo da BBC News 'Climate [change: Five things we have learned from the IPCC report](#)', o Yale Climate Connections '[Key takeaways from the new IPCC report](#)' e o artigo (mais técnico) da RealClimate '[Deciphering the 'SPM AR6 WG1' code](#)' (que tenta tornar o Summary for Policymakers mais compreensível para o leigo).

Tradução da responsabilidade do Dep. ADS

Conteúdo retirado do site da ETUI

[Versão original da ETUI Aqui.](#)

As alterações climáticas como nova forma de desigualdade



Imagem com DR

As recentes inundações na Europa Ocidental e o calor extremo e os incêndios no Canadá, nos EUA e no sul da Europa – crises que estão mais do que nunca ligadas às alterações climáticas induzidas pelo homem – foram o mais recente alerta para intensificar os nossos esforços para travar o aquecimento global.

Ironicamente, o início das inundações coincidiu com a apresentação do pacote de propostas da Comissão Europeia que visa tornar a UE «apta para reduzir as emissões líquidas em, pelo menos, 55 % até 2030, em comparação com 1990) e realizar as transformações necessárias da economia, da sociedade e da indústria.

No entanto, existem dúvidas sobre até que ponto esta transição acontecerá, de uma forma socialmente justa, e se o modelo democrático ocidental será suficiente para o conseguir.

As alterações climáticas e, de um modo mais geral, a crise ambiental que estamos a viver, estão a pôr em causa o pacto amplamente aceite entre democracia e crescimento que, segundo o filósofo francês Pierre Charbonnier, remonta ao Iluminismo.

O pressuposto dos pensadores políticos modernos de que cidadãos livres e iguais, apoiados por uma indústria forte e em constante crescimento, serão libertados das cadeias da Mãe Natureza já não parece válido. Não só os limites do crescimento estão a tornar-se mais tangíveis, como as crescentes desigualdades que este modelo tem vindo a produzir convidam a repensar o nosso modelo político.

Além disso, a intenção da China de embarcar naquilo a que Charbonnier chama "ecologia autoritária" torna urgente que a Europa apresente uma alternativa democrática viável. Esta pode ser uma nova doutrina política baseada na ecologia ou, como defende Paul Magonet, presidente do Partido Socialista francófono belga, um "eco-socialismo" que se identifique tanto com a luta contra as alterações climáticas como com as desigualdades, ao mesmo tempo que dê um "novo fôlego ao socialismo".

As consequências das alterações climáticas são, de facto, uma nova forma de desigualdade que ainda não é bem reconhecida no atual modelo democrático.

Paralelamente, o nosso sistema de democracia representativa está atualmente a ser desafiado por novas experiências internacionais, tais como painéis de cidadãos e "provedores de justiça para as gerações futuras".

Ao incentivar uma maior participação dos cidadãos na elaboração de políticas e ao integrar os interesses a longo prazo das gerações futuras nas instituições democráticas, estas experiências visam tornar as nossas democracias mais resilientes, mais eficientes e mais justas do ponto de vista social.

Esta renovação da democracia é também da maior importância para os sindicatos, e os esforços para estabelecer mais democracia no local de trabalho poderiam aprender com esta "onda deliberativa". Como poderiam essas reformas das nossas instituições democráticas ser utilizadas para melhorar o atual sistema de diálogo social e de negociação coletiva e permitir que os sindicatos tenham mais contributos para um leque mais vasto de áreas de desenvolvimento económico?

A ETUI está a reiniciar a sua série de discussões mensais com um debate sobre o futuro da democracia em tempos de crises planetárias – um pouco fora de nossa zona de conforto, mas inegavelmente muito importante à luz do exposto.

Foi convidada Héléne Landemore da Universidade de Yale, que defende que as questões climáticas estão profundamente ligadas à justiça social e devem ser abordadas a diferentes níveis e com a participação estrutural dos cidadãos.

Isto pode também ser uma resposta a outro problema característico da política profissional, a falta de pensamento a longo prazo – algo que é fundamental no caso da política em matéria de alterações climáticas.

Roman Krznaric, que publicou recentemente o livro "The Good Ancestor: How to Think Long Term in a Short Term World", irá ligar as propostas de democracia participativa com a necessidade de um pensamento mais a longo prazo na política e discutir como garantir que incorporamos as gerações futuras nos nossos processos de tomada de decisão.

E, por último, mas não menos importante, Ludovic Voet, Secretário Confederal da CES responsável pela transição justa, dir-nos-á mais sobre o papel e a posição dos sindicatos neste debate.

Tradução da responsabilidade do Dep. ADS

[Aceda à versão original Aqui.](#)

NOTICIAS NACIONAIS

Apoio à produção de hidrogénio renovável e outros gases renováveis



Imagem com DR

No âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), Portugal definiu um conjunto de investimentos e reformas que contribuem para as seguintes dimensões: resiliência, transição climática e transição digital. Entre as reformas, e respetivos investimentos, que integram o PRR, inscreve-se o programa "[Apoio à produção de hidrogénio renovável e outros gases renováveis](#)".

O Aviso estará aberto de 28 de setembro a 30 de dezembro 2021. Encontra toda a informação necessária para a sua candidatura [aqui](#).

[Saiba mais Aqui](#).

Publicação com o Apoio de:



[View this email in your browser](#)

newsletter If you do not wish to receive any more emails, you can [unsubscribe here](#).

This message was sent to by
mari

 [Unsubscribe](#) | [Manage Subscription](#) | [Forward Email](#) | [Report Abuse](#)



BENCHMARK

TESTE JÁ